

versificados, com indicação do local de venda e da origem tipográfica ou livreira. Quer dizer, alguns espaços informativos das páginas da *Gazeta de Lisboa*, enquanto objecto impresso com regularidade periódica, tornaram-se espaços vitais de análise e de recolha de dados para o estudo do livro e da leitura em Portugal.

Não deixa de ser interessante seguir as palavras finais de André Belo a este propósito. «Para o período considerado neste livro, a *Gazeta de Lisboa* pode constituir uma fonte desconcertante. Trata-se de uma série de informação regular, abundante em texto, formando um total de mais de quarenta compactos volumes, incluindo uma dezena de milhares de páginas [...] De certo ponto de vista, a fonte é bem mais generosa se considerarmos os pequenos anúncios que aparecem regularmente no fim do periódico, de forma bem demarcada, quer em termos gráficos, quer em termos de função, da parte noticiosa» (p. 105).

Foi graças à «generosidade» da fonte que o «estado da arte» sobre a circulação do objecto impresso em Portugal ficou enriquecido, quer para o campo de estudo das publicações periódicas, quer para o domínio da circulação do livro e dos folhetos impressos. A pairar sobre estes dois temas temos ainda a dimensão sociológica da leitura: os leitores e os locais de apetrechamento de leituras na cidade de Lisboa entre 1715 e 1760.

Bent Flyvbjerg, Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

A obra de Bent Flyvbjerg coloca-nos três questões centrais que, tendo como ponto de partida o domínio epistemológico clássico, nos orientam para duas temáticas transversais: acção e valor. A primeira é central ao domínio epistemológico num sentido estrito — *o que é o conhecimento?* — e assume-se como um ponto de partida estruturante: é aqui que reside a separação entre as «ciências naturais» e as «ciências sociais». A segunda procura introduzir uma nova dinâmica na percepção do que é o conhecimento e de como ele é apropriado pelos indivíduos em processos de aprendizagem e acção — *como se adquire o conhecimento e as capacidades?* Por fim, a terceira questão assume um carácter valorativo ao introduzir a questão dos fins que regulam as duas questões anteriores — *para que serve o conhecimento?*

Se as questões apresentadas não são propriamente inovadoras, entendemos que há um certo grau de inovação na forma como o autor procurou encontrar respostas e como estas se foram constituindo, quer em novas questões, quer em possibilidades de intervenção no real. Tenhamos em conta que Bent Flyvbjerg é um académico do planeamento, com uma experiência adquirida na relação entre o Regional Planning Authority

do Ribe County Council da Dinamarca e a Universidade de Aalborg¹, instituição onde lecciona e investiga. Não tendo tido o privilégio de conhecer pessoalmente o autor, penso que este dado biográfico pode ser relevante para o entendimento do carácter da sua obra.

Esta pode ser entendida em duas partes fundamentais. Uma primeira, que tem como ponto de partida a primeira questão enunciada — *o que é o conhecimento?* —, situa as ciências sociais num domínio epistemológico próprio. Ao fazê-lo, começa por procurar respostas para uma segunda questão, mais específica, mas determinante na forma como o trabalho científico pode ser entendido neste domínio: é possível a teoria em ciências sociais? Se a sua reflexão parte de uma visão de «teoria ideal» definida através de seis propriedades fundamentais², o autor sugere que façamos um percurso crítico em torno de quatro argumentos acerca da possibilidade e/ou impossibilidade de produzir teoria em ciências sociais: o argumento pré-paradigmático de Richard Rorty; o argumento hermenêutico-fenomenológico de Anthony Giddens e Harold Garfinkel; o argumento da contingência histórica de Michel Foucault; o argumento das

competências tácitas de Pierre Bourdieu e Hubert Dreyfus. Da avaliação deste percurso conclui que os princípios a verificar na avaliação de uma teoria científica não são concretizáveis em ciências sociais e que, como tal, não é possível fazer teoria neste domínio científico. É necessário, portanto, rever os princípios epistemológicos que servem de fundamento à constituição e desenvolvimento do trabalho científico, assim como as formas de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades. E é precisamente através da análise dos processos de aprendizagem proposta por Dreyfus que Flyvbjerg começa a delinear a sua proposta de reformulação epistemológica.

A tipologia dos processos de aprendizagem desenvolvida por Hubert Dreyfus³, não anulando a importância da lógica ou das regras, diz-nos que qualquer desempenho humano só pode alcançar a perícia se for intuitivo, sincrónico, holístico, isto é, compreendido, na medida em que uma dada situação liberta uma imagem que tudo engloba: problema, objectivos, planos, decisão e acção. Dreyfus sugere-nos o termo a-racional como forma de superar a separatividade introduzida pela razão: o termo racional foi tomado por pensamento analítico, isto é, com separação consciente do todo em partes, e esta divisão originária levou a uma divisão final na compreensão do mun-

¹ Aalborg ficou conhecida como uma das primeiras experiências de planeamento realizadas na Dinamarca.

² A teoria ideal deve ser: (i) *explícita*; (ii) *universal*; (iii) *abstracta*; (iv) *discreta*; (v) *sistemática*; (vi) *completa e capaz de prever*.

³ H. Dreyfus, *Mind over Machine*, Nova Iorque, Free Press, 1986.

do e na compreensão do homem como um ser total. O termo a-racional, por contraste, estando conotado com o comportamento situacional sem a divisão analítica do todo em partes e sem a avaliação efectuada com base em regras independentes do contexto, pressupõe uma integração do conhecimento na acção. E a sua implicação central é a de que a acção levada a cabo com altos níveis de competência só pode ser realizada com base numa apropriação intuitiva⁴ do contexto liberta da formalização e do constrangimento de regras rígidas. Pierre Bourdieu⁵, na mesma linha de reflexão, sugere também que a actividade humana não pode ser reduzida a um conjunto de regras, referindo-se ao indivíduo «virtuoso» e à sua acção («perícia») para exprimir um significado equivalente ao «perito» de Dreyfus e à sua acção («excelência»). Os termos, que poderão dar origem a desenvolvimentos conceptuais, explicitam não só o agente, como também os processos de acção que ele desencadeia. Ora, está assim aberto o caminho para a resposta à segunda questão central da obra de Flyvbjerg e que articula conhecimento com acção: o conhe-

cimento e as capacidades são adquiridos através da experiência.

Se a teoria não consegue apropriar-se do contexto porque procura princípios universais e o conhecimento pericial é dependente do contexto, então os novos princípios de orientação epistemológica devem ser ancorados no contexto. Esta proposta de reorientação ganha forma na segunda parte da obra, onde o autor procura uma alternativa epistemológica para a situação actual das ciências sociais. E fá-lo tendo como ponto de partida a ideia aristotélica de *phronesis*, que procura desenvolver em três possibilidades de interpretação contemporânea: (i) o poder explicativo do exemplo pode encontrar uma fórmula metodológica no estudo de caso; (ii) deve relacionar-se valor e poder nos contextos de acção; constitui este diálogo com base nas reflexões propostas por Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jurgen Habermas; (iii) apresenta-nos um conjunto de princípios metodológicos que definem os contornos da teoria social de carácter *phronético* e que têm como propósito fazer a ligação entre uma mudança de carácter epistemológico e uma prática científica concreta. Vejamos em primeiro lugar como constitui a revisão contemporânea da ideia de *phronesis*.

A ideia aristotélica de *phronesis* é-nos apresentada por Flyvbjerg, não como uma reflexão filosófica em torno do conceito, mas sim como uma apropriação prática da sua essência com vista a potenciar uma mudança epistemológica que serve fundamen-

⁴ Flyvbjerg define intuição como «the ability to draw directly on one's experience — bodily emotional, intellectual — and to recognize similarities between these experiences and new situations. Intuition is internalized; it is part of the individual» (p. 10).

⁵ P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Genebra, Librairie Droz, 1972, e *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.

talmente para constituir a ideia de valor como princípio epistemológico das ciências sociais. Associando o ideal científico moderno, desde o iluminismo, à virtude intelectual a que Aristóteles chamou *episteme* e que diz respeito aos princípios universais e à produção de conhecimento que é invariável no tempo e no espaço e que se alcança com a ajuda da racionalidade analítica⁶, sugere-nos que a viragem para os valores deve ser acompanhada de uma viragem em direcção à presença do contexto na formulação da teoria, tal como esta é proposta na idealização de duas outras virtudes aristotélicas: *techne* e *phronesis*. Se a *techne* encontra uma correspondência terminológica actual no termo *técnica*, sendo entendida como conhecimento pragmático, variável, dependente do contexto e orientado para a produção — fundamentado por uma racionalidade prática instrumental orientada para um objectivo consciente —, a *phronesis* não tem uma correspondência actual. Ela representa o conhecimento ético e a deliberação sobre valores com referência à *praxis*. Sendo um conhecimento pragmático, variável e dependente do contexto, tal como a técnica, ela orienta-se para a acção, baseando-se numa racionalidade de valor. Não procura um fim objectivo consciente, mas sim a orientação de uma ética situada no contexto. Ora,

⁶ Com uma correspondência aos princípios identificados anteriormente para a teoria ideal e pode ser entendida como conhecimento científico independente do contexto.

Flyvbjerg assume que *techne* e *episteme* estão sobrevalorizadas e sobejamente desenvolvidas na epistemologia moderna, sendo fundamental dar um espaço de crescimento à ideia de *phronesis*.

Mas como ganha forma esta mudança de orientação? O papel das ciências sociais será o de desenvolver análises e interpretações do estatuto dos valores e dos interesses nas sociedades contemporâneas com vista ao comentário e à acção social, isto é, à *praxis*. O ponto de partida de uma análise clássica de tipo *phronético* pode ser identificado através de três questões racionais valorativas (Para onde estamos a dirigir-nos? Essa direcção é desejável? O que deve ser feito?) que orientam a acção do cientista e do trabalho científico e que devem incorporar os pressupostos anteriormente enunciados. Em termos práticos, a fórmula metodológica proposta para esta reorientação valorativa centra-se no estudo de caso como possibilidade de investigação científica aplicada: ancorando-se no contexto, em metodologias mistas (qualitativas e quantitativas), pressupondo uma boa narrativa como forma de transmitir o conhecimento, aproxima-se dos sujeitos em acção e assume também um carácter etnográfico. Mais ainda, ao supor que cada caso é um caso, contribui para que se desenvolvam metodologias de análise e competências de investigação diferenciadas para cada situação, por um lado, e para que se transmita de forma eficaz, simples e clara a mensagem

científica e o conhecimento adquirido pela experiência da investigação, por outro. E assim está constituída uma via possível de resposta à terceira questão inicial apresentada pelo autor: o conhecimento permite dar forma aos valores na prática humana.

Mas, se estas dimensões — conhecimento, prática científica e acção social — são objecto de um olhar epistemológico, do ponto de vista metodológico, a análise centra-se na articulação entre práticas sociais, valores e poder: é através da articulação entre valor e poder que se podem compreender os processos de transformação social, diz-nos. E ao estabelecer um diálogo entre Nietzsche, Habermas e Foucault salienta não só a importância da introdução de clareza na definição do processo democrático e na constituição de ideais abstractos que justifiquem e orientem os domínios de produção legislativa, de desenvolvimento institucional e planeamento estratégico, mas também a necessidade de desenvolver uma análise do poder centrada nas relações em detrimento das estruturas. O poder será então entendido como o potencial que cada indivíduo, grupo ou instituição pode assumir na transformação do real, através da sua prática e da sua acção, orientando-se por valores.

É neste contexto de transformação que se chega à última proposta da obra: a apresentação de princípios metodológicos de tipo ideal. Eles definem possibilidades de desenvolvimento operativo de uma investigação de tipo *phronético*, mas são apresentados como um caminho

possível, e não como um ponto de chegada definitivo: (i) *focagem nos valores, colocando três questões clássicas*: para onde vamos? Esse caminho é desejável? O que deve ser feito?; (ii) *o poder no centro da análise*: poder como produtividade e positividade, não apenas como restrição e negatividade; (iii) *ênfase nas pequenas coisas*: a ênfase dada à minúcia, que se opõe de forma directa a muita da sabedoria convencional acerca da necessidade de enfoque nos «problemas importantes», tem o seu fundamento na experiência fenomenológica, que nos diz que as pequenas perguntas nos levam muitas vezes a grandes respostas; (iv) *olhar para a prática antes do discurso*: este tipo de proposta tem uma relação metodológica próxima, mas não exclusiva, com a «vida quotidiana»; (v) *estudar os casos e os contextos*: a investigação de carácter *phronético* opera em termos de racionalidade prática e do juízo e estes operam em função da experiência prática; assim, a racionalidade prática e os juízos são melhor compreendidos se vistos como estudos de caso narrados e expostos; (vi) *perguntar «como?» fazendo narrativa*: a narrativa é a metodologia de exposição mais adequada para expor as respostas possíveis à questão central da *phronesis*: «como?»; (vii) *associar agência e estrutura*: os actores e as suas práticas são analisados em relação às estruturas; as estruturas são analisadas em termos de agência; assim, os actores e as estruturas estão interligados através da agência; (viii) *dialogando com uma polifonia*

de vozes: a investigação de carácter *phronético* é dialogante no sentido em que inclui e encontra-se incluída numa «polifonia de vozes» em que a autoridade máxima não é atribuída ao investigador.

A obra de Bent Flyvbjerg vem confirmar que é possível, e não só é possível como parece ser desejável, que a prática profissional levante questões sérias e produtivas à prática científica e à definição de orientações epistemológicas. Tendo como ponto de partida uma situação de definição e escolha política no domínio do planeamento urbano, o autor propõe-nos um itinerário de questões teóricas e epistemológicas que permita fundar a questão inicial num contexto científico e valorativo, com uma capacidade de diálogo e reflexão notáveis.

No entanto, ao propor esse itinerário, verifica que a prática científica e as questões epistemológicas estão profundamente separadas da prática humana. E, partindo deste pressuposto, a sua procura aponta para a necessidade de encontrar ligações fortes entre uma teoria do conhecimento (epistemologia) e uma teoria da acção (ética) que sirvam de referência fundamental para o processo de escolha política. É aqui que articula de forma inovadora um conjunto de referências fundamentais no pensamento sociológico, epistemológico e filosófico com vista à constituição de um domínio de reflexão próprio que se nos afigura de grande valor prático e teórico. Se abordagens específicas deste trajecto já vinham sendo definidas por autores de renome — vejamos os casos de

Touraine⁷ e Bourdieu —, assim como pela corrente teórico-metodológica da investigação/acção, a obra de Flyvbjerg é um contributo enriquecedor para a última das três questões centrais que nos coloca — *para que serve o conhecimento?*

E, se não for o caso de o leitor se sentir particularmente intrigado ou fascinado por este tipo de reflexão, a mera constatação de que muita da produção científica no domínio das ciências sociais fica deixada ao esquecimento, por um lado, e de que há muitas práticas humanas que podiam ser enriquecidas com o conhecimento científico deste domínio específico, por outro, parece ser justificação suficiente para que, pelo menos, se leia esta obra e se entre com seriedade no debate que ela propõe.

JOÃO PATO

Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida, Bela Feldman-Bianco (coords.), **Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 422 páginas.

Na génese desta colectânea estão dois encontros científicos: o *workshop*

⁷ A. Touraine, *Le retour de l'acteur*, Paris, Fayard, 1984.